



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

Mulatos, pardos, "afrobeges": negros de pele clara ou "afroconvenientes"?

Autoria: Gabriela Machado Bacelar Rodrigues (SEC BA)

O ?colorismo? é um conceito que aparece pela primeira vez no texto ?If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like??, parte do livro ?In Search of Our Mothers? Garden? (1983) de Alice Walker. Com o lapso temporal de mais de 30 anos, essa discussão só pode ser rastreada no Brasil a partir de 2015, com o artigo ?Os perigos dos Negros Brancos: cultura mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 1900-1920)? de Giovana Nascimento e, a partir do ano seguinte, pela multiplicidade de vídeos na plataforma do Youtube, e de textos do mesmo teor, em sites como Geledés e Blogueiras Negras (WESCHENFELDER&SILVA, 2018; DUARTE, 2015; SILVA, 2020). É notório para esse pensamento, que ?In Search of Our Mothers? Garden? ainda não está traduzido para o português. Essas referências produzem o significado de ?colorismo? como um espectro de cor da população negra, que permitiria o benefício de determinadas prerrogativas raciais hegemônicas (brancas) para os indivíduos mais claros desse grupo, nomeando esse benefício como privilégio. Essa ideia engendra o surgimento de termos como ?afrobege? ou ?afroconveniente?, indicativos da suspeita criada sobre a legitimidade ou veracidade da identidade negra desses sujeitos pardos ou ?negros de pele clara? (CARNEIRO, 2016), no mesmo contexto em que surgem, no cenário nacional, denúncias de fraudes no sistema de cotas para negros em concursos públicos - o que dá



início a processos mais amplos de organizações de comissões de heteroidentificação étnico-racial para essas seleções (DIAS&TAVARES JUNIOR, 2018). Elencamos aqui três marcos para falar sobre a elaboração negra dessa categoria "pardos": o surgimento do Movimento Negro Unificado em 1978, que desenvolverá campanha pelo "orgulho negro" (também) para essa população parda (MNU, 1988; SILVA, 2001); os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, que demonstraram a aproximação de pretos e pardos nos indicadores sociais, propondo metodologicamente a unificação das categorias enquanto "não-brancos" (ou negros) no final da década de 70 (CAMPOS, 2013; SCHWARTZMAN, 2009); e o Estatuto da Igualdade Racial, que em 2010 formaliza que pardos fazem parte da população negra do Brasil. Essa retomada nos mostra que, se não é nova a reivindicação da identidade negra para/pela população parda (nem os seus dilemas), essa proposição da negritude como soma (pretos+pardos=negros) é particularmente sensível no momento em que políticas públicas afirmativas estão sendo desenvolvidas. Esse artigo é parte de uma etnografia desenvolvida com a Comissão de aferição da veracidade da autodeclaração étnico-racial da Universidade Federal da Bahia durante um processo seletivo para estudantes, e com candidatos de pele clara que passaram pela heteroidentificação da Comissão.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: